

(DES)ACERTOS CONJUGAIS: CONFLITOS FAMILIARES E JUDICIAIS ACERCA DAS RELAÇÕES DE GÊNERO EM CABACEIRAS, PB, 1930 E 1940.

Paula Faustino Sampaio *

Resumo: Neste artigo apresento o(s) papel(is) e os lugar(es) social(is) atribuído(s) ao gênero feminino e ao masculino pela Igreja Católica e pela Justiça, na Vila de Cabaceiras, PB, entre 1930 e 1940, refletindo acerca dos conflitos familiares e judiciais em torno das relações de gênero naquela vila do interior da Paraíba. Para tanto, estudei relatos orais de memórias de mulheres, processos crimes de defloração e lesão corporal da Comarca de Cabaceiras. A esta documentação inédita, aliamos as leituras acerca da construção das representações, dos discursos, das práticas e das relações de gênero, que permitem refletir acerca das formas de relações de gênero predominante, mas sem deixar de lado as experiências que foram de encontro com as normas impostas pela Igreja, pelo Estado e pela família.

Palavras-chave: Mulheres. Práticas. Discursos.

Abstract: Situated in women's history context this work investigates the criminal lawsuits of women against their partners with whom they had a relationship with sexual intercourse that led to family and judicial conflicts in Cabaceiras, in the countryside of Paraíba's state, between the years of 1930 to 1949. To this new documentation are added readings on the construction of representations, speeches and practices of men and women, which allow thinking about the affective and conjugal relationship forms, highlighting the experiences that not followed the patterns imposed by the Church, the State and the family.

Keywords: Women. Practices. Speeches.

Do nascer ao morrer os moradores do município de Cabaceiras deveriam pautar sua vida pela moral cristã e católica. A Igreja Católica, por meio das orações devotadas à imagem da Virgem Maria, das missas aos domingos, da celebração do batismo, da preparação para o sacramento da primeira comunhão, das leituras escolares, entre outras práticas, normatizava o comportamento daqueles homens e mulheres, em sua maioria pequenos proprietários de terra, trabalhadores rurais, donas de casa, algumas professoras e funcionários públicos.

Ao longo das décadas de 1930 e 1940, os padres Inácio Cavalcanti, José de Barros, João Madruga e João Fernandes, da paróquia Nossa Senhora da Conceição, colocaram em prática a política pedagógica dita por Roma, que rejeitava veementemente as idéias de emancipação feminina. No âmbito desta política, esses padres incentivaram junto às famílias o culto à Virgem Maria, os batizados, a realização da primeira comunhão das meninas e dos

* Mestranda pelo Programa de Pós Graduação em História Universidade Federal de Pernambuco. Bolsista CPNQ. Este texto é parte da dissertação de mestrado defendida em 12 de maio de 2009, orientada pelo prof^o Dr. Antonio Torres Montenegro.

meninos com dez anos de idade, a celebração do matrimônio. Entre 1930 e 1949, foram realizados na igreja matriz, nas capelas ou nas casas 2.589 rituais de matrimônio, uma média de 130 casamentos por ano.¹

Essa moral sexual associada a ingenuidade, a recato, a obediência, a renúncia dos desejos foi imposta como preceito para o casamento e para a constituição da família cristã e civilizada. Foi também defendida pelo Estado, como pudemos ver na definição de família de Rui Barbosa, lida durante o processo de alfabetização de algumas mulheres em Cabaceiras. Para ENGEL (2004), o Estado fundamentava sua política sexual na medicina higiênica, mas isso não quer dizer que rejeitava os valores do catolicismo. No entanto, conforme foi visto no capítulo anterior, nem todas as mulheres seguiram à risca esses preceitos.

Naquele momento, nos centros urbanos, a exemplo de São Paulo, Rio de Janeiro, Recife, João Pessoa, Campina Grande, discutia-se sobre as mudanças no comportamento dos homens e, especialmente, das mulheres. Nestas cidades, onde eram vividos de diferentes modos o processo de industrialização e a recepção dos valores burgueses com ares de modernidade, também estavam em discussão os parâmetros que deveriam, ou não, orientar a educação das mulheres, sua entrada no mercado de trabalho, sua participação na política, a organização de movimentos de emancipação feminina, as modificações no comprimento e nos modelos das roupas, as mudanças de hábitos.

Segundo as historiadoras MALUF e MOTT (1998), para alguns advogados, médicos, juristas e religiosos, o lugar da mulher era dentro de casa, cuidando dos filhos e obedecendo ao marido. Eles defendiam que o ‘dever ser’ das mulheres assentava-se no tripé mãe, esposa e dona de casa. E foram muitos os esforços para disciplinar homens e mulheres, vistos como formadores da família. A função de provedor da casa foi conferida ao homem; a manutenção da moral familiar e da harmonia da casa foi atribuída à mulher. A família era vista como elemento capaz de conter a modernidade dos costumes e como suporte do Estado.

Segundo LOURO (1997), no começo do século XX, intelectuais de diferentes concepções entendiam a educação feminina em termos da aquisição de conhecimentos elementares (ler, escrever e contar), associada a valores religiosos. Outros discursos, informados pelos ideais de progresso e de higiene, defendiam que as mulheres deveriam instruir-se também para o cuidado da casa e para a educação dos filhos, futuros cidadãos. O grupo feminista, por sua vez, defendia a formação feminina e a conquista da independência da mulher por meio do estudo e do trabalho assalariado.

¹ LIVRO de registro de casamento da paróquia Nossa Senhora da Conceição. Registros de casamentos entre os anos de 1930 e 1949, contabilizados por mim com a ajuda da secretaria da paróquia, dona Nininha.

Além disso, como mostra COSTA (1999), ao traçar uma arqueologia da família inspirada nos estudos de Michel Foucault, a instituição familiar no Brasil desde o século XIX passava por um processo de submissão à medicina, por meio da política higiênica.

Na primeira metade do século XX, os lugares sociais para os homens e para as mulheres foram estabelecidos a partir da dicotomização das esferas: ao homem foi conferida a função de mantenedor da casa, sendo seu trabalho na rua valorizado; à mulher foi designada a manutenção da moral familiar, da harmonia da casa. O discurso jurídico do Código Civil de 1916 e o discurso da Igreja, determinavam para a mulher os papéis sociais de mãe, de esposa e de dona de casa e para o homem os papéis de pai, de marido e de trabalhador.

Tendo em vista esses discursos disciplinares e coercitivos amplamente difundidos em Cabaceiras, analiso a relação entre homens e mulheres casados, destacando os conflitos conjugais e judiciais no cotidiano. Para esta análise, utilizo processos-crimes cujos réus ou rés foram acusados de lesão corporal, de maus-tratos e de infâmia, conforme o Código Penal de 1890 ou o Código Penal de 1940. Estudo também relatos orais de memória acerca das experiências educacionais, sexuais e conjugais de algumas mulheres entrevistadas, enfatizando as normas e as resistências.

No processo de historiografar o discurso e as práticas de algumas mulheres em Cabaceiras nas décadas de 1930 e 1940, encontramos alguns conflitos entre pais e filhas, quanto à participação em momentos de lazer; entre noivo e noiva, quanto à demora na realização do casamento; entre sogros e genros, quanto ao casamento. E também conflitos individuais, quanto às incertezas do sentimento do namorado, ao futuro da relação, à vida de casada.

Naquela sociedade as mulheres tinham a liberdade individual castrada pela moral religiosa amplamente difundida por meio de cânticos, orações, encontros catequéticos, leituras escolares, e pelas normas jurídicas. Neste sentido, a entrevistada Maria de Lourdes Nóbrega relata: “No amor o difícil é saber renunciar e as mulheres hoje não querem renunciar, como também os homens.”²

Para ela, na relação entre um homem e uma mulher fundamentada no sentimento amor cabia a ambos renunciar. Naquela época, a moral religiosa afirmava que homens e mulheres, para serem vistos como cristãos, católicos e civilizados, deveriam renunciar às próprias idéias, aos desejos e a liberdade. Neste sentido, a Igreja Católica normatizava as relações de gênero naquela sociedade.

² Entrevista n. 2. Maria de Lurdes Gaudêncio Nóbrega nasceu em Cabaceiras, PB, em 19.03.1917. Foi entrevistada em 08.04.2003, quando tinha 81 anos de idade. Reside em Cabaceiras, na av. Quatro de Junho.

Acerca desta renúncia, Maria Avelina diz:

*Hoje a pessoa diz: eu vou me casar, se não der certo eu deixo. Mas, minha filha, naquele tempo era para casar, para dizer sim lá na frente do altar, na frente do padre. Oxé, dali podia fazer, apanhar, fazer tudo, mas casou na frente do padre com a mãozinha em cima da outra jurando aquelas coisas. Às vezes a pobrezinha sofria tanto!*³

E sobre o mesmo assunto, Severina Santos relata:

*Assim... marido brigando com mulher. Às vezes num tomava, num dava conta de casa. A mulher passando fome, privação e tudo isso. Eu deixar minha farra, deixar pra ficar dentro de casa, criando filho, Ave-Maria! Perdê os forrozinho? Deus me livre. Se amarrar, num me arrependi não, estou velha, estou aqui.*⁴

Além de renunciar aos sonhos, aos desejos, as mulheres casadas deveriam submeter-se à autoridade do marido. Nesta relação de dominação, a mulher deveria aceitar a violência do homem contra ela em nome de manter as promessas feitas na cerimônia do casamento. Para a Igreja e para aquelas pessoas moradoras de Cabaceiras, o casamento era indissolúvel. Nesta relação, homens e mulheres, mesmo sofrendo agressões, estavam presos até a morte.

Maria Avelina e Severina Santos comentaram as relações entre marido e mulher de forma a destacar a indissolubilidade do laço matrimonial sacramentado pela Igreja Católica, as tensões e a violência na relação marido-mulher, o papel provedor do homem, a função materna da mulher associada à perda de liberdade. Nestas representações, o casamento surge como uma amarra, um cerceamento da liberdade, um sofrimento. E a mulher aparece submissa ao marido.

Na tessitura dos seus relatos, Maria Avelina e Severina preferem mostrar o casamento enquanto uma relação nem sempre harmoniosa. Seus relatos nos dão a ver representações que se afastam da idéia do casamento enquanto vida conjugal tranqüila, na qual o homem deveria ser o provedor e a mulher dedicar-se à casa e à família, mantendo a harmonia no lar.

Por mais que estas mulheres fossem instruídas sobre o casamento enquanto uma relação feliz, nas experiências da vida cotidiana poderiam perceber alguns sinais de que a convivência entre marido e esposa nem sempre era pacífica, conforme imperava no discurso religioso que tinha Maria, mãe de Jesus Cristo e esposa de José, como modelo de mulher.

³ Entrevista n. 1. Maria Avelina de Sousa nasceu em Cabaceiras, PB, em 15.08.1921. Foi entrevistada em 05.04.2003, quando tinha 81 anos de idade. Reside em Cabaceiras, na av. Quatro de Junho.

⁴ Entrevista n. 7. Severina dos Santos nasceu em Cabaceiras, PB, em 26.09.1919. Foi entrevistada em 10.05.2003, quando tinha 82 anos de idade. Reside em Cabaceiras.

Entre 1930 e 1949, quando Maria Avelina, Severina Santos, Maria de Lourdes Nóbrega, Geracina e outras mulheres em Cabaceiras viveram sua juventude, Maria Emerentina de Sousa vivia sua vida de mãe, de esposa e de dona de casa. Casada eclesiasticamente com José Bertholdo de Sousa, teve dez filhos, sendo oito mulheres e dois homens. José Bertholdo tinha uma propriedade de terra na localidade de Rio Direito, criava muares e transportava milho, feijão e couro para Surubim, Bom Jardim, Vertentes e outras cidades do estado de Pernambuco.

Enquanto ele viajava, a numerosa prole cuidava dos afazeres do sítio. As filhas Iracilda e Iracema começavam a trabalhar cedo na lida do sítio. Procurar cabras, cortar capim, tirar rações, plantar e cortar palma eram tarefas que desde os cinco anos de idade elas faziam. Com esse trabalho contribuía para economia doméstica, ao mesmo tempo em que assumiam atividades fora do universo da casa.

O ideal de fragilidade propalado pelos diversos discursos para as mulheres como impedimento para as tarefas “pesadas” e, por outro lado, para a permanência delas na casa, parece não ter influenciado a vida de Iracilda e Iracema. Elas faziam na infância tarefas tidas como próprias dos homens. Contrariando esse ideal burguês, famílias de proprietários de terras e de trabalhadores rurais utilizavam a mão-de-obra dos filhos e das filhas para cuidar do sítio, dos animais, da plantação. Iracilda e, provavelmente, suas irmãs educaram-se dentro das atividades necessárias à sobrevivência da família.

Veza por outra, elas visitavam as amigas nas localidades vizinhas. Saíam logo após o almoço e deveriam voltar antes do pôr do sol. A noite era vista como perigosa, especialmente para as mulheres, tidas como seres sexualmente frágeis, embora não para o trabalho no campo. Nesses passeios, as filhas do casal José Bertholdo e Maria Emerentina conversavam sobre namorados, sobre festas, sobre roupas, sobre sonhos, sobre aflições... Com as amigas mais íntimas trocavam confidências e mostravam as roupas novas.

Em alguns passeios elas não voltavam para casa com o pôr do sol. Paravam para ouvir os tocadores de sanfona. Esses passeios aconteciam quando o pai José Bertholdo viajava. Maria Emerentina permitia os passeios, mas elas não deveriam se demorar nas casas das amigas.

Sobre um desses passeios Iracema relata:

A gente tava conversando lá. Aí... [pausa] aí passou [pausa] o povo da Ribeira aí foi contar a Inácia de Cabocla que a gente tava conversando com os homens lá na estrada. Aí quando papai chegou ela contou tudinho a ele. Aí, ave Maria, nesse dia foi uma guerra. Papai deu na gente. Bateu na gente por causa disso. Inácia de Cabocla era a mulher que papai tinha, né? A mãe de Zé Grosso, Odília, Djanira,

Eurides. Ela... tudo que se passava lá quando papai chegava ela fuxicava a ele. A gente era amiga dela não, mas a gente nunca teve... nunca brigou com ela não. Quem brigava com Inácia era mamãe. Danava a mão no pé do ouvido dela. Uma vez mamãe... Eu lembro que a gente foi uma missa lá no finado Manuel Maçal. [Pausa]. Aí, mamãe estava sentada assim... eu lembro como hoje... Aí Inácia fazendo pouco de mamãe. Aí mamãe deu um muro, deu um muro nas costas dela que saiu gritando. Aí mamãe disse: passa por aqui puta sem vergonha. Aí danou a mão no pé do ouvido. [Risos]. Deu uns bufetes nas costas. Papai ficou com raiva. Papai quase morre de vergonha. [Risos].⁵

Ao relatar sobre um dos passeios e sobre os encontros, Iracema, filha de José Bertholdo e Maria Emerentina, destaca tensões e conflitos naquela família. O fato de José Bertholdo conviver com Maria Emerentina e com Inácia era motivo de conflitos na família Sousa. Inácia era mãe de quatro filhos de José Bertholdo. No entender de Iracema, Inácia contava para o seu pai o que se passava nos passeios.

Já na vida de Maria Emerentina o conflito instalava-se na relação familiar e na relação conjugal. Em um dos momentos de oração, Maria Emerentina deparou-se com Inácia. Quase sempre uma e outra trocavam palavras ásperas, pancadas. O pátio da igreja, onde as pessoas deveriam demonstrar a obediência aos valores cristãos e católicos, foi espaço para o conflito entre mulheres que disputavam o papel de esposa de um homem.

Assistindo ao enfretamento dessas mulheres estava José Bertholdo. No seu papel de pai e marido, mostrava-se envergonhado pelas atitudes da esposa e desautorizado por ela em relação às filhas, as quais foram punidas com surra quando ele chegou de viagem.

Para a filha Iracema, Inácia era a “outra” mulher do pai, a que relatava ao pai sobre suas andanças. Já para Maria Emerentina, esposa de José Bertholdo, Inácia era a mulher que queria seu lugar de esposa. Naquela família, Inácia não era bem vista. A relação dela com José Bertholdo motivou conflitos familiares e conjugais. Sobre a relação entre este homem casado religiosamente e esta mulher solteira, Brígida conta:

Inácia Cabocla pegou a se engrajar de José Bertholdo. Se engrajou, se engrajou que chegou a ficar com ele. Inácia lavava roupa no poço doce e eu ia lavar os panos dos meninos. “Vamos pra casa!” Inácia dizia: “Vá pra casa dar o almoço de João que eu termino de lavar a roupa dos meninos.” Ela lavava tudinho. Eu passava e pegava. Ela fez muito esse favor para mim. Ela respeitava muito Zé. Ela gostava muito de José. E José era muito enxerido também. Às vezes um homem não quer uma coisa, mas a pessoa fica pelejando e aconteceu. Ela gostava dele e aconteceu. Foi pra justiça pelos começos. Foi ela que quis mesmo. Depois ela considerava ele. Ele parece que gostava dela. Teve José que nasceu em 1947. Ia lavar uns panos bem separado mais ela. Aí ela me contou. “O povo diz que eu estou grávida e eu estou mesmo. Diz nada. Um dia o pessoal vai ver e dizer. Eu estou

⁵ Entrevista n. 20: Iracema Emerentina de Sousa Faustino nasceu em Cabaceiras, PB, em 12.04.1929. Foi entrevistada em 16.07.2003, quando tinha 74 anos de idade. Reside em Campina Grande.

contando a tu por que a gente se gosta muito, confia.” “Está certo, Inácia, eu não conto não, também o povo já sabe. Você não gosta dele?” “Demais. Vou considerar ele até morrer.” A mãe dela morreu muito cedo. Inácia viveu sem ninguém muitos anos. Tinha Anésio, o irmão. Estava feito, não estava por fazer.⁶

A relação entre José Bertholdo e Inácia rompia com o modelo de relação conjugal imposto para a constituição familiar. No entanto, para aquela sociedade, Inácia deveria seguir o modelo de mulher submissa ao homem imposto pela Igreja e reafirmado pela justiça, mesmo sem ser casada com José Bertholdo.

Sobre José Bertholdo, Maria de Lourdes Nóbrega lembra:

Zé Bertholdo tinha uma camaradinha lá em Ribeira. Mais ele muito amigo de pai aí chegou... Ele chegou e quiseram processar seu Zé Bertholdo, aí tio Otom, irmão de meu pai, nesse tempo ele advogava aqui, aí pai botou tio Otom pra ser advogado de seu Zé Bertholdo. Sabe o que aconteceu? Ela mesma foi desfazer a desfeita, dizendo que ele não tinha sido o responsável. Ela defendeu ele, ela defendeu: “Quando fiquei com ele já não era mais moça, ele não tem culpa nenhuma na história.” Defendeu na justiça.⁷

Em julho de 1935, José Anízio, irmão de Inácia, prestou queixa contra José Bertholdo. José Anízio acusava José Bertholdo de ter mantido relações sexuais com Inácia e de ter prometido cuidar dela, dando casa, alimentação, roupas e tudo o mais necessário para a sobrevivência.⁸

José Bertholdo recorreu aos amigos líderes locais, a exemplo do pai de Maria de Lourdes Nóbrega, para conseguir um advogado e livrar-se da acusação. Arnould Pereira Duarte, testemunha apresentada por José Anízio, afirmou tanto para o delegado quanto para o juiz que ouviu Inácia dizer que manteve relações sexuais com José Bertholdo e este era pai do filho que esperava nascer em breve.

Àquela altura, toda a vila de Cabaceiras discutia sobre o envolvimento sexual entre Inácia e José Bertholdo, por ser uma relação que rompia com o modelo de relação conjugal imposto. E, neste sentido, a justiça não ficava de fora.

Na casa de José Bertholdo e Maria Emerentina, as mulheres conversavam em voz baixa no dia em que ele chegou e disse a ela para vestir o vestido mais novo. Em seguida, o casal foi para a vila de Cabaceiras. Maria Emerentina obedeceu à ordem do marido. Chegando à vila, entendeu o porquê de tamanha pressa. Ele a levou ao Cartório de Registro Civil para se

⁶ Entrevista n. 40. Brígida Pereira de Sousa nasceu em Cabaceiras, PB, em 29.09.1909. Foi entrevistada em 04.01.2005, quando tinha 95 anos de idade. Reside no povoado de Curral de Baixo.

⁷ Entrevista n. 2, doc. cit.

⁸ Cf. Sumário de Culpa, contra Arnould Pereira Duarte, incurso no artigo 261, da Consolidação das Leis Penais de 1890. Processo aberto em 22.07.1935. Caixa arquivo: 1930 a 1945. Processo sem numeração.

casarem legalmente. Com este ato ele, que era casado perante a Igreja Católica, tornava-se um homem casado também perante o Estado. Provavelmente, esta estratégia foi utilizada para não ser obrigado a casar-se com Inácia e livrar-se do processo judicial.

Inácia Emerentina de Sousa, solteira, 23 anos, doméstica, residente na localidade de Curral de Baixo, analfabeta, ao depor disse:

*A acusação feita ao réo José Bertholdo não é verdade, porquanto não foi ele o seu sedutor. Que o autor do seu defloramento foi Inácio Faustino, morador do Curral de Baixo quanto tinha dezesseis anos. Que José nunca a seduziu. Em março deu a luz um menino filho de uma pessoa da família dela cujo nome não é conveniente declarar, que a criança não é filho de José. Que afirmou ser José o pai porque o adjunto de promotor Severino Alustau e Severino de Assis ameaçaram-na se assim não asseverasse seria pior para o réo, que complicaria a situação do mesmo. Que nunca disse nada a Arnould e que vai criar a criança com gosto.*⁹

Arnould Pereira Duarte, 25 anos, residente em Ribeira, agricultor, alfabetizado, afirmou que Inácia lhe havia relatado que tinha mantido relações sexuais com José Bertholdo, sendo este o pai da criança que esperava e que nasceria em poucos meses.

Os agricultores José Nilo, Francisco Nilo e Renovato confirmaram o depoimento de Arnould. Mas José Bertholdo, não aceitando a acusação, queixou-se acusando Arnould de ter mentido para a justiça. Foi neste novo processo que Inácia prestou seu depoimento inocentando José Bertholdo e dizendo que fora vítima de manipulação por parte de membros da justiça local.

Possivelmente, o advogado Ignácio da Costa Ramos instruiu Inácia acerca de como proceder no depoimento para inocentar José Bertholdo. Mulher de vida simples, habituada aos afazeres domésticos, analfabeta, mãe de uma criança cujo pai uns diziam ser José e ela afirmava ser alguém da família, provavelmente cedeu aos arranjos do advogado e do próprio José Betholdo, chefe político da localidade de Rio Direito, importante criador de mulas e transportador de produtos agrícolas do município.

O processo acusando José Bertholdo de manter relações sexuais com Inácia foi arquivado, pois para a justiça ela não era menor de idade, portanto, segundo prescrevia o Código Penal de 1890, não havia crime contra a honra neste caso. E no processo movido contra Arnould, o mesmo foi absolvido, pois o juiz entendeu que não havia sido configurado o crime de falso testemunho, uma vez que todas as testemunhas reafirmaram as palavras de Arnould.

⁹ Sumário de culpa, contra Arnould Pereira Duarte, doc. cit., p. 6.

Entre 1935 e 1937, quando os processos foram discutidos na justiça, não se tratou acerca da relação entre José Bertholdo e Inácia nem sobre o comportamento dela, como era praxe nos demais processos-crimes estudados. Possivelmente, por ser uma ação contra um líder local, considerado homem honrado, trabalhador, pai de família, houve um esforço por parte de seus amigos e correligionários para encerrar rapidamente o processo, contando com a contribuição da ofendida, Inácia.

Por outro lado, houve esforço de membros da justiça para incriminar José Bertholdo, talvez influenciados por desafetos políticos, criadores e transportadores concorrentes. Mesmo assim, em nenhum momento julgou-se se a relação de uma mulher solteira com um homem casado era moral ou imoral, conforme ocorria nos processos criminais de mulheres solteiras contra seus parceiros sexuais. O que me faz pensar que a intervenção da justiça restringia-se a casos de mulheres solteiras e menores de idade contra seus namorados ou noivos, pois nesses casos o casamento poderia ser uma solução.

Nos relatos de memória, Inácia aparece como moça pobre, órfã e sedutora do homem amado. Em contraposição, José Bertholdo aparece como galanteador, que não poderia deixar de exercer o poder de homem baseado na virilidade.

As relações extraconjugais de José Betholdo foram aceitas por sua família e pela sociedade, mas não sem conflitos. Os encontros entre Maria Emerentina e Inácia eram sempre de confronto. José Bertholdo discutia com a esposa por esta brigar com Inácia. Algumas pessoas, especialmente aquelas próximas a Inácia, não a condenaram por ser mãe de filhos de um homem casado. Neste caso, a sociedade convivia e aceitava o novo arranjo afetivo.

Embora rompendo com o modelo de relação monogâmica, José Bertholdo não foi acusado de descumprir o papel de pai e de esposo, muito menos de ser promíscuo, desonrado, desonesto, imoral, adjetivos usados para nomear as mulheres envolvidas em processos-crimes de defloração/sedução.

Em Cabaceiras, naquela época, conquanto não fosse aceita nem pela Igreja nem pela justiça a sexualidade do homem fora do casamento, as práticas sexuais masculinas fora do matrimônio não eram denunciadas como imorais, pois entendia-se e aceitava-se que o homem precisava viver sua virilidade, força e domínio. Em Cabaceiras, a justiça intervinha nos conflitos conjugais apenas em caso de agressão física em via pública. Não se discutia, como se faz hoje, sobre violência contra a mulher. Muitas vezes a sociedade fechava os olhos para a violência entre maridos e esposas em nome de afirmar o pátrio poder, de não expor a vida conjugal à opinião pública e de manter a imagem de família cristã.

Considerações finais

Os acertos e os desacertos conjugais me fazem pensar que naquele cotidiano rigidamente controlado pela Igreja e pelo Estado algumas pessoas quebram as regras impostas ao casamento para viver seus desejos. Estas pessoas equilibraram-se na corda bamba que separava o entendimento sobre moral e imoral. Assim, o ideal de relação conjugal sonhado e divulgado foi vivido de modos diversos. A imagem de união indissolúvel, monogâmica, sacramentada pela Igreja e legitimada pelo Estado nem sempre foi experienciada conforme os rígidos preceitos morais impostos.

Referências Bibliográficas

- COSTA, Jurandir Freire. **Ordem médica e norma familiar**. Rio de Janeiro: Graal, 1999. 282 p.
- ENGEL, Magali. **Meretrizes e doutores: o saber médico e prostituição no Rio de Janeiro (1840-1890)**. São Paulo: Brasiliense, 2004. 149 p.
- FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade: a vontade de saber**. Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 15. ed. São Paulo: Graal, 1988. 152 p.
- LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na sala de aula. In: DEL PRIORE, Mary (Org.) **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1997. p. 443-481.
- MALUF, Mariana; MOTT, Maria Lúcia. Recônditos do mundo feminino. In: SEVCENKO, Nicolau (Org.): **História da vida privada no Brasil: da *belle époque* à era do rádio**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 366-421.